

Exercícios Etnográficos - Uma descrição Etnográfica de um Trajetória Disciplinar em um programa de Mestrado em Antropologia¹

Oclécio Alves Cabral Filho (UFMS/MS)

Tania Milene Nugoli (UFMS/MS)

Palavras Chave: Etnografia, Formação Acadêmica, Trajetória Disciplinar

Resumo

Nos currículos das Pós-Graduações *Stricto Sensu* (nível mestrado) em Antropologia, uma das disciplinas obrigatórias invariavelmente deve discutir a temática “Etnografia”. Intencionando descrever uma trajetória disciplinar, especificamente no que tange à exercícios práticos propostos no decorrer da disciplina realizados pelos acadêmicos, acompanho a disciplina de “Métodos e Técnicas de pesquisa antropológica” no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, registrando etnograficamente, as impressões que tais experiências suscitarão. Os referidos exercícios constituíram em práticas que relacionavam-se com os textos teóricos propostos no Plano de Ensino, registrados em forma de um caderno de campo, e foram descritos da seguinte forma:

Palavras-Chave: Etnografia, Descrição Etnográfica, Disciplina Antropológica

Introdução

O presente ensaio é um registro, que se pretende etnográfico, das impressões que os exercícios sugeridos na disciplina de Métodos e Técnicas de pesquisa antropológica, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, resultaram. Durante o primeiro semestre de 2020, período marcado pela emergência da Pandemia de Covid-19, realizamos as aulas na modalidade remota. Para cada um dos encontros, textos eram lidos, e os exercícios eram propostos, com base nos textos e discussões, e posteriormente deveriam ser registrados em um caderno de campo. A ideia era a de que, podendo se deslocar livremente, fosse possível a ida constante aos nossos campos, assim construindo uma experiência paulatina, concomitante com a disciplina. Não sendo possível, fizemos os exercícios, como veremos, utilizando os recursos imagéticos e materiais

1 Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

que estavam à disposição. Assim, para cada exercício, dividi o ensaio em subitens, descrevendo as impressões tais quais foram registradas no caderno de campo. Os autores lidos na disciplina foram colocados no texto, não para fundamentar teoricamente as impressões, mas para dialogar minimamente com os temas. A ordem das partes são: O trabalho do antropólogo, onde descrevi um espaço - uma quadra de esportes. No segundo exercício descrevi dois objetos - uma chave de fenda e um carro. No terceiro descrevi uma vivência cultural imaginária - O mundo dos Hobbits de J.R.R. Tolkien - procurando imaginar-me como um etnógrafo registrando a vida (a carne, os ossos e o espírito) dos pequenos seres do universo fantástico. No quarto exercício descrevi um objeto - um sino - com todas as características acidentais, sem mencionar o objeto em si. No quinto exercício registrei uma reunião - via internet - entre as duas turmas do programa de mestrado em que sou aluno regular. No sexto exercício, registrei as sensações de afetação que o silêncio e calmaria poderiam suscitar em minha mente.

O Começo

Poucos livros são tão didáticos, quando o assunto é ensinar escrita e pesquisa em Ciências Sociais, do que as obras do sociólogo Howard Becker. Na trajetória disciplinar que estou descrevendo, duas de suas obras foram propostas para a segunda aula, os livros “Segredos e Truques da pesquisa” e “Truques da escrita: Para começar e terminar teses, livros e artigos”. No encontro anterior, havíamos lido Tim Ingold com seu “Antropologia: Para que serve?” e o surpreendente Stephen King “Sobre a escrita” - surpreendente pois nenhum de nós esperávamos ler o autor de “A Coisa” e “Carry a estranha” em um programa de Mestrado em Antropologia Social.

Um começo muito interessante, onde os seis alunos matriculados, quatro mulheres e um homem, cada qual com seus temas de pesquisa – Povos Indígenas, Religião, Dança, Política, Trabalho - se encontravam pela segunda vez, por meio de um ambiente virtual que perduraria até o final do semestre, devido à paralisação das atividades presenciais por conta da pandemia de Sars-Covid 19.

Este contexto de paralisação é, de fato, muito importante para entender a trajetória. A disciplina, e os exercícios, foram pensados para colocar cada aluno em contato com experiências de campo, onde os sentidos: a observação e a interação, geraria impressões, que seriam usadas para produzir as descrições. Fechados em casa, isolados da convivência com

outras pessoas, ou restritos ao contato com os familiares, toda gama de possibilidades foi drasticamente reduzida. Mais do que nunca foi preciso usar a criatividade e aprender a ver e escutar, (CARDOSO) com muita criatividade.

Como nos ensinou Gilberto Velho, foi necessário transformar o familiar em estranho. Como pontuou Geertz, era fundamental usar a imaginação para construir uma ficção etnográfica. Parafraseando Pierre Clastres, era necessário estranhar e imaginar porém sem “deixar escapar o real sociológico [antropológico]”. (CLASTRES, 2014, p.33). É assim que, tolido das plagas externas, cercado pelas paredes do pequeno apartamento, precisei encontrar meios de exercitar a observação e escrita etnográfica. Olhando para a estante de livros que se posta a minha frente, ou para a tela do computador, sentado em uma confortável cadeira em um escritório, preciso arriscar, etnografar, algo escandaloso para nossos antepassados – como Malinowski ou Evans-Pritchard – que fatalmente evocariam a acusação de que nos portamos como “Antropólogos de Gabinete”. Bem, vamos à nossa trajetória.

1. O trabalho do antropólogo

O Primeiro exercício consistia em descrever um objeto ou situação, pensando na reconstituição das decisões e atividades anteriores que levaram à sua realização. Assim, ando pela casa procurando algo que pareça interessar à alguém, não sei quem! Nada parece interessante o suficiente. Vou então até a janela, de onde observo a área destinada às crianças, porém a quadra de esportes logo adiante me chama mais a atenção.

O lugar está caindo aos pedaços. É uma quadra de esportes mal cuidada. Piso todo rachado pela ação do sol e da chuva constante sem a manutenção adequada. No meio dela um punhado de areia ali deixado para alguma obra, provavelmente alguma reforma do condomínio que ou aconteceu, ou que apenas ficou na intenção.

Este espaço desagradável ao olhar, agora em tempos de pandemia, passou a ser mais frequentado pelos moradores que, não podendo realizar suas atividades físicas em ambientes da cidade, lançam mão do que lhes está disponível. Fazem exercícios, caminhadas, brincam com as crianças, colocam suas cadeiras de fio para ver o tempo passar do lado de fora das sufocantes paredes das habitações.

No tempo em que observo a quadra, vejo uma mulher, com cerca de 40 anos, que opta por caminhar sozinha no período da manhã, próximo das 8h. No final da tarde, perto das 17, uma outra mulher, com cerca de trinta anos, ocupa o espaço. A primeira não me recordo de ter

visto antes, a segunda é uma vizinha que mora do outro lado do corredor, não sei o nome, apesar de morarmos a anos nos mesmos apartamentos. Esses são as poucas pessoas que vejo nestes primeiros meses de quarentena.

Observo a quadra. Imagino o que ela foi um dia, em sua glória. Com o piso liso e bem alinhado e condôminos jogando futebol, ou basquete nos finais de tarde e nos fins de semana. Seus pais, esposas ou maridos, os observando das janelas dos apartamentos, satisfeitos por estarem se divertindo, e ao mesmo tempo seguros, ao alcance de um chamado vocálico.

Um condomínio é, via de regra, um enclave, um espaço que expressa a segregação socioespacial. São muros altos, fortificados com cerca elétrica e concertina, com portaria para permitir e impedir o trânsito de pessoas, restringindo os benefícios aos moradores. A presença da violência, da criminalidade, no espaço público, induz não apenas a construção de moradias com estas características, mas a construção de espaços de lazer, de atividade física, de áreas de convivência, de espaços de comércio, também aparecem nos enclaves, tudo para criar um ambiente cuja marca é a sensação de segurança pela separação entre aquilo que está “lá fora”, e este espaço aqui de dentro.

De fato, dos 170 apartamentos que formam os blocos do condomínio, são pouquíssimas as pessoas que usam a quadra de esportes. Ela está em tão mal estado, justamente pela falta de uso, o que não preocupou os condôminos o suficiente para organizarem algum tipo de reforma. Ela continua lá, no entanto, como uma expressão daquilo que outrora foi projetada. Um espaço degradado, que tornou-se tão caro para ser revitalizados, que preferiram dar de ombros, e conviver com a feiura.

A vegetação, ao redor, pouco a pouco avança, ainda que de forma tímida, tentando vencer a dureza do concreto. A quadra está lá representando um modo de vida. Aquele que foi primordialmente – a segurança – e aquele se tornou – um espaço não utilizado - para aquilo que agora é – um recurso tacanho para preencher uma falta que se tem. Vai se reconfigurando como um novo espaço de encontro, de proximidade, onde pessoas que apesar de morarem tão próximas, praticamente nunca se encontravam. É uma experiência comunitária que expressa algo da maneira de viver.

Como antropólogo – em formação – sou constantemente lembrado sobre o fluxo das dinâmicas sociais. Lembrando da velha expressão de Heráclito de Éfeso, “Tudo muda”. A antropologia é uma ciência privilegiada para observar esta dinâmica. Diferentes dos filósofos como Heráclito, nos lembra Tim Ingold, os antropólogos não são “almas reclusas, mais

inclinadas para dentro”, mas “pessoas que se envolvem diretamente com as realidades desordenadas da vida cotidiana”, desordenadas como uma quadra de esporte deteriorada que esta em uma permanente reconfiguração.

Becker me lembrou que para se fazer pesquisa antropológica, é preciso observar o Tempo e o Espaço, descrevendo o contexto inserindo aquilo que não pode ser omitido, e aquilo que faz sentido para a descrição substancial. Desta forma, realizo a descrição do objeto proposto pelo exercício, não buscando uma rede de causalidade, mas entendendo-a como um processo que se abre para uma variedade significativa de significados, tanto aqueles que o objeto evoca em mim, como aquele que penso evocar nas pessoas que com ele entram em contato no passar dos dias que vejo passar da janela onde me posto.

2. Etnografia: Objetividade e subjetividade

A objetividade e a subjetividade, dois polos que desempenharam uma tensão dramática na epistemologia, também estão presentes nas elaborações de pesquisas etnográficas. Não cairemos mais na cilada do antigo funcionalismo rígido – Durkheim ou Malinowski – onde furtando-se o pesquisador de aparecer em sua descrição, pretende dar conta de fazer uma descrição objetiva e desapaixonada, textualizando a realidade tal qual ela é, de fato. Não obstante, o exercício proposto nesta segunda etapa era a de buscar realizar uma descrição de um objeto, lugar ou situação, primeiramente buscando ser o mais impessoal possível para posteriormente fazer a descrição de um outro objeto, lugar ou situação com toda a carga de pessoalidade disponível.

Novamente o espaço da casa é o campo disponível. Olho para a estante de livros que está disposta bem a frente da mesa do escritório onde passo a maior parte dos dias em aulas remotas e atividades de estudo. Um objeto então, me chama a atenção, e por ser tão prosaico, sem nenhuma importância pessoal, e por estar ali deslocado dos outros elementos da estante, escolho a velha “chave de fenda amarela” para realizar a descrição.

Principiando a descrição: Trata-se de uma ferramenta da marca *tramontina* – o que pode ser atestado pela impressão do nome na mesma. O cabo é de plástico, com certa transparência, de cor verde. Mede cerca de dez centímetros. A parte metálica – que não sei como nominar – mede cerca de 12 centímetros, de aço galvanizado. A extremidade que se usa para apertar ou afrouxar os parafusos, mede cerca de 4 centímetros.

Ferramentas como esta são produzidas à muitos anos, no caso da empresa em questão, começaram a ser fabricadas nos anos de 1911, quando um jovem italiano chamada Valentin Tramontina chegou na cidade de Carlos Barbosa. Nascido em Santa Bárbara, o jovem inicio a empresa no ramo da cutelaria, e muito cedo percebeu que existia um gargalo para a produção de ferramentas no mercado. De certa forma, temos um objeto que é fruto de uma série de relações históricas que perfazem tanto a imigração de italianos, o empreendedorismo inventivo, as políticas sociais relacionadas a raça, economia, e uma série de aperfeiçoamentos tecnológicos.

As próprias dimensões que uso para a descrição objetiva, na verdade, são convenções sociais padronizadas. Fruto de uma pretensa modernidade, a ferramenta é, para usar as palavras de Bruno Latour, um híbrido, e meu olhar etnográfico incipiente já é capaz de perceber as relações de “Rede” que este objeto, que tento descrever de maneira tão impessoal, perfaz no tempo e espaço.

Escolho outro objeto para realizar a descrição pessoal. Penso em algo que possua algum valor sentimental, ainda que não queira que seja algo tão particular. Elejo meu carro. Carros são meios de transporte, mas também são demarcadores sociais de classe e status. Ter um carro é possuir um valioso recurso de mobilidade. Além da aproximação rápida entre as pessoas e lugares, cria possibilidades de vínculos mais efetivos, a presença física que ele facilita, confere um valor para além do simples preço, podendo tanto ser usado como forma de solidariedade, como maneira de sobrevivência, ou apenas como uma fonte de prazer em seu uso pessoal.

Mas estamos em uma quarentena. Neste momento, ficar em casa é a ordem do dia. O carro que, com esforço adquiri depois de anos dependendo da boa vontade de caronas, de transportes coletivos ou dos carros particulares, agora passa a maior parte do tempo parado e empoeirado na garagem. Sai apenas para ir ao mercado, via sacra complexa e cheia de temores. De tanto tempo parado, algumas aranhas aproveitam para tecer suas teias.

O carro não é novo. Já o comprei com muitos anos de uso. Isso não era importante. As únicas coisas que julguei essenciais foram ter direção hidráulica e ar condicionado – aparentes luxos, ainda que o automóvel tenha mais de 20 anos de fabricação. Não é um modelo que expresse uma excentricidade, que não tenho aliás! Nem expressa alguma ambição ou pretensão de parecer o que a sociedade capitalista aponta ser uma marca de sucesso. É apenas um carro popular, famoso Pálio Cinza, cujos antigos donos fizeram o máximo para sua

manutenção estética e mecânica, mas que pela própria idade carrega em si as marcas da passagem do tempo e do uso.

O adquiri para poder trabalhar, mas ainda assim, é parte de mim o querer usa-lo para ajudar quem precisa. Depois de tantas caronas recebidas, é uma alegria fazer valer o princípio da dádiva. Pelo uso que dou a ele, e pelos significados que evoca em mim, tanto o da conquista de possuir algo que facilite a vida, quanto pela possibilidade de compartilhar estas facilidades, ainda que ele esteja ali parado, tenho a sensação de, ao olhar para ele, que as coisas estão melhorando.

Este simples exercício evoca as contribuições teóricas de Roberto Cardoso de Oliveira. Tanto a chave de fenda, como o carro, são objetos corriqueiros, do cotidiano. Não ocupam nem um segundo de minhas preocupações, e são coisas que vejo praticamente todos os dias. Estas coisas familiares, para um etnógrafo, precisam ser “vistar” e “descritas”. Olhar, ouvir e escrever, os infinitivos que marcam o trabalho do antropólogo podem ser experimentados, não apenas em um campo de pesquisa, mas na vida do dia a dia.

Tim Ingold afirma que a Antropologia é “filosofia com as pessoas dentro”. Bruno Latour nos lembra que objetos e pessoas não são tão diferentes assim, são todos híbridos. Penso que a antropologia é a “filosofia com a natureza-cultura”, filosofia no sentido de pensar a vida, e com ela tudo o que está presente. Afinal, lembrando Marx, as próprias coisas possuem em si o trabalho de outros que as fizeram. Quer em uma descrição impessoal de um objeto, quer em uma descrição pessoal, mesmo não havendo pessoas de carne e osso, existe ali uma relação social, insisto nisto correndo o risco de estar totalmente equivocado.

Ao mesmo tempo, compartilho com os colegas da disciplina estas descrições, ainda com aquele sentimento de que não estou fazendo algo correto, ou corretamente antropológico, se é que posso dizer assim. E neste momento penso que, em primeiro lugar, ninguém poderia descrever o que descrevi, a não ser alguém que estivesse estado presente comigo. Como moro sozinho, e as coisas que observo às faço de forma solitária, é como se eu estivesse estado lá, como diria Clifford Geertz, e toda a autoridade da descrição descansa nesta situação. Não descrevi de maneira errada, nem correta. Não descrevi de forma exaustiva, nem necessariamente superficial. Descrevi como vi, como senti, como percebi, e ao compartilhar a escrita, tanto na aula, quanto neste texto, apesar de não ter saído de dentro do espaço em que moro, só posso dizer que minha descrição é válida pois eu estava lá, e agora, aqui descrevendo.

3. A consolidação do trabalho de campo

É parada obrigatória em toda formação antropológica as produções etnográficas de Malinowski e Evans-Pritchard. Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, o primeiro faz uso do funcionalismo para descrever a sociedade dos habitantes das Ilhas Trobriand, com um intenso interesse na celebração do Kula. O Segundo, em suas duas grandes etnografias entre os Azande e os Nuer, descreve nos primeiros como a Magia é central na vida desta sociedade, enquanto para os segundos a criação de Gado organizaria a vida social.

O que tomamos em comum entre estes dois teóricos, para os objetivos da disciplina, é que eles estão procurando desenvolver uma etnografia bastante impessoal, onde o próprio etnógrafo mal apareça na textualização. O propósito é uma descrição objetiva, da realidade social onde os “selvagens, os quais não possuem leis, nem objetivos, nem esquemas explicitamente formulados, e nem mesmo conhecimento do esquema total de sua estrutura social.” (Malinowski) terá sua própria sociedade explicada pelo antropólogo. Uma descrição detalhada que o autor dos *Argonautas* denominou de “esqueleto, carne e sangue e espírito da pesquisa”.

Este seria o terceiro exercício proposto, a descrição de um lugar ou situação, levando em conta o “esqueleto”, que representa estrutura social, a “carne e o sangue”, que faz menção ao fluxo da vida cotidiana, e o “espírito”, que aponta para as opiniões, e os modos de sentir.

Aqui escolho fazer algo mais inusitado. Já que estamos em isolamento, penso em imaginar estas características à partir de um mundo literário e, neste caso, de uma de minhas obras preferidas: *O Senhor dos Anéis*, de J.R.R Tolkien. O exercício fica assim:

O Esqueleto: Os Hobbits são os habitantes do Condado. São terras muito fartas de agricultura. Não possuem indústrias, sua economia é basicamente agrária, tendo o cultivo de fumo advindo da planta Erva do Condado, a sua principal matéria de venda para as regiões externas. Antigamente todos os Hobbits moravam em tocas, escavadas na terra, porém não eram apenas buracos no chão, sujos e cheio de bichos. Tinham uma bela estrutura arquitetônica, com cômodos aquecidos, portas redondas, boas dispensas, piso de madeira, móveis bem trabalhados, muito conotáveis. Com o tempo, alguns passaram a construir moradias na superfície, nos mesmos modelos das antigas tocas. Quanto mais ricos, mais

elaboradas eram suas tocas, e casas, sendo que os mais pobres poderiam de fato morar em meros buracos como cavernas.

A Carne e o Sangue: O trabalho era de estrutura familiar. Sendo que as formas de trocas são muito semelhantes ao escambo, apesar de haver uso de moedas. São um povo pacífico e ordeiro. Não afeitos à aventuras. Nascem, vivem, e morrem por gerações sem nunca sair do condado. Aqueles que saem, são mal vistos como fanfarrões ou gente sem responsabilidade. Adoram festas, que fazem sempre quando da passagem das estações mais produtivas, e da comemoração de aniversários. No geral, cumprem as regras de hospitalidade, e de raramente voltam atrás no empenho da palavra. Não são tolerantes com criminosos, nem polígamos. A expectativa de vida de um hobbit é de 100 anos, sendo que a maior idade chega aos 30 anos. Muitos optam por nunca se casarem, e deixam seus pertences para membros da família que possuem maior afinidade. São organizados politicamente por meio de um sistema de administração semelhante ao municipal. Um Thain (prefeito de Grã Cava) é eleito a cada 7 anos para representar o poder político do condado cuja função fundamental era organizar as mensagens. Conta-se que em tempos idos havia um rei, e todos os Hobbits eram seus súditos nominais, porém mesmo nestes tempos, o povo pequeno optava por serem liderados por líderes informais, geralmente advindos de famílias mais tradicionais. Existia um pequeno poder de polícia, os condestáveis em número de 12, três para cada região, mas não um exército. Quando da necessidade, os próprios moradores pegam em armas rudimentares para auto defesa, ou para a prática da justiça, o que raramente acontece. O condado era dividido em quatro partes (as quartas) cada uma representando um ponto cardeal, com regiões que levam o nome de famílias tradicionais como os Tuk, os Bolseiros e os Buques.

As famílias são numerosas, mas não gostam muito de viver juntos. Existe um sentimento geral rixas entre as famílias tradicionais, apesar de haver vínculos de parentesco em praticamente todos os Hobbits. Todo Hobbit que não se casa é considerado estranho à sociedade, no entanto não sobre em demasia a desaprovação objetiva. Esta é muito mais clara quando da existência dos aventureiros, que representariam o máximo da vida desviante. Os hobbits são muito acanhados e furtivos quanto se trata do mundo externo ao condado. Dizem que sua magia está na arte de desaparecer, e de se moverem com tanto silêncio, que nem os mais hábeis caçadores conseguem rastreá-los com facilidade.

O Espírito: Os Hobbits interpretam a vida de uma maneira simples. Plantam, comem, festejam, e ficam em casa. Fazem fofocas. Maldizem os comportamentos desviantes. Por

vezes invejam a boa sorte de alguns membros da sociedade. Não gostam de ter amizades com pessoas de fora – com exceções – mesmo assim, tais forasteiros são mais tolerados por sua utilidade – na troca de bens e nos serviços que podem prestar – do que bem vindos. Nascer, comer, casar, reproduzir e morrer. Trabalhar na terra, ou no jardim, fazer várias refeições durante o dia, e recolher-se a noite fumando a erva do condado. Esta é a vida dos Hobbits;

Se é, ou não, possível fazer uma etnografia de um mundo fantástico eu realmente não sei. Mas sei que o mundo dos Trobriand, dos Azande e dos Nuer registrados nas páginas de Malinowski e Evans-Pritchard já é hoje algo totalmente diferente daquilo que esses autores observaram. Sociedades inteiras podem desaparecer para entrar nos anais dos mitos de um tempo remoto, imemoriável, onde homens e mulheres fazem feitos fantásticos – como será que leremos “Bruxaria, Oráculos e Magia” daqui à 500 anos? Talvez com uma impressão muito semelhante à forma como lemos Tolkien, naturalmente sabendo que os Azande não são um povo inventado, mas que sua descrição, irremediavelmente, é parte do gênio criativo de Evans-Pritchard. Isto me leva a justificar minha abusada pretensão de etnografar a “Terra Média”, se correto ou não, é o que menos importa. O que realmente deve fazer sentido, é a apropriação do aprendizado criativo e perceptivo para “ver, ouvir e escrever”.

4. A observação participante

Fazer etnografia é, como já disse anteriormente, ser capaz de perceber o que está patente, mas que o hábito e a dispersão da atenção atrapalham. Neste quarto exercício, começamos lendo Gilberto Velho e William Foote Whyte. O primeiro, com seu “Observando o familiar” e os segundo com seu “Treinando a observação participante.”

O exercício é simples, até mesmo singelo, mas por isso mesmo guarda sua complexidade. Deveríamos descrever um Som e um Cheiro. Toda a etnografia é uma obra literária que deve possuir a capacidade de construir imagens mentais, alargar a imaginação daqueles que leem, inclusive guiando as imagens para onde se pretende. Levi-Strauss, no início de seu “Tristes Trópicos” faz uma descrição das viagens, perfazendo uma etnografia do Céu que observa da proa do navio que o traz para as Américas.

A descrição é o que transforma o leitor em um participante sensorial da história, ou em outras palavras, faz do leitor um observador participante da ficção etnográfica do antropólogo.

Neste sentido, retomamos o que Stephan King expôs: “*A descrição pobre deixa o leitor confuso e míope. A descrição exagerada o enterra em detalhes e imagens. O truque é encontrar um bom meio-termo. [...] é importante saber o que descrever [...] enquanto você se concentra no trabalho principal, que é contar uma história.*” Daí a importância deste treino literário da descrição.

Opto por experimentar a descrição sem mencionar o objeto de forma proposital. É uma forma de testar a qualidade da escrita, ver se o texto é capaz de evocar a imagem que pretendo. Começo pelo som.

Ele é alto, sempre alto, não é o tipo de som que pode ser emitido de forma silente. Não existe razão para que não seja tão alto quanto possível, pois ele é emitido especificamente para demarcar avisos. Reverbera por tantas distâncias quanto maior for o objeto emissor. Marca o tempo. Marca mortes. Marca vitórias. Marca derrotas. Marca a Fé. É um som metálico, mas com a ascensão da tecnologia, também pode ser produzido como som elétrico. Neste caso, ele reverbera com frequência de notas incomodas como Si Bemol. Marca a entrada, marca a saída, marca a comida, anuncia morte e marca vida.

Se consegui alcançar o objetivo, você deve ter formado a imagem de um Sino que badala na torre de uma Igreja, ou na entrada e saída de uma escola. Registro aqui, no entanto, que nenhuma das pessoas que leram a descrição chegaram à mencionar o objeto. Fracasso total! Mas porque registrá-lo então? Penso que a tentativa, para ser honesta, precisa permitir o registro dos fracassos. É o que encontraríamos em Cadernos de Campo, recheados de tentativas, em sua maioria abandonadas, de registros que falharam em sua evocação. E o que são a soma de tais exercícios senão um protótipo de Caderno de Campo?

Quanto ao cheiro. Trata-se do aroma do amanhecer. Odor de sol que emerge no alvorecer, de pássaros cantando, que faz a boca salivar. Cheiro salgado, seco e quente, macio não líquido, com fumaça saindo sem nenhum amargor. Cheiro amarelo, aroma famélico.

Desta vez a experiência obteve melhor resultado, já que os demais colegas declararam conseguir visualizar um Pão saído do forno. Provavelmente falta um tanto de talento literário para este tipo de atividade, o que poderá vir com o tempo na medida em que sigo as orientações de King “ler muito e escrever muito”, mas o exercício em si, sem a atribuição de juízo de valor, tem uma razão de ser mais importante, a de aguçar os sentidos do pesquisador, para que mesmo em contato com os elementos mais comesinos, possa retirar deles percepções mais abrangentes.

5. A autoridade etnográfica

O quinto exercício proposto é a descrição de algo que possa ser acessado pela internet. Agora o problema inicial inverte-se pois, se a falta de opções do espaço exíguo de um apartamento limitava as escolhas, as janelas dos navegadores e aplicativos de rede social apontam para uma miríade de imagens, vídeos, posts, memes, frases, textos e tantas outras possibilidades. O que escolher? Optei por aproveitar o acontecimento de uma reunião dos discentes de meu programa de Pós-Graduação para realizar o exercício.

O referido programa possui, atualmente, duas turmas de alunos regulares. A turma de 2019 – nomearei de turma A – e outra de 2020 – nomearei de turma B. Dois grupos separados por fases diferentes no desenvolvimento do programa de pós-graduação, o que aparentemente seria uma constante até o findar dos prazos para qualificação e defesa da Turma A, que no máximo seriam informadas para a Turma B. Porém, se encontraram em uma situação corriqueira, mas que por motivos diversos, formaram um drama social (Turner).

A questão levantou-se a partir do encontro entre a então escolhida representante da Turma B, com a representante da Turma A. Deste encontro, um conflito foi declarado. Conflito este que está em processo já na Turma A, porém que era absolutamente desconhecido da Turma B. O tema: Bolsas de estudo.

O referido programa possui seis bolsas Capes. Duas são destinadas para cada ano do curso. Estando em 2020, duas bolsas estavam dedicadas à acadêmicos de 2018 que estavam qualificando suas dissertações em 2020, duas dedicadas para os alunos da Turma A, e duas deveriam ser dedicadas para a Turma B – e assim o foram segundo procedimentos burocráticos normais.

A celeuma inicia-se quando, desta atribuição de bolsas para a Turma B, por meio de edital, alunos da Turma A passam a declarar que os procedimentos não foram efetivados com a lisura que se espera dos processos burocráticos. A reclamação era sobre os critérios de concorrência para as bolsas.

Em edital de 2018, estava descrito que a classificação dos alunos, no processo seletivo do Programa, seria utilizada como critério de ordem. O edital de 2019 não trazia tal descrição, apenas descrevia alguns critérios relacionados à dedicação integral ao curso que deveria ser concordado pelo pretendente. Desta forma, a atribuição da bolsa parece ter seguido o critério

de classificação. Não obstante, a aluna que tinha ficado em primeiro lugar abriu mão do benefício, sendo repassado para o acadêmico em classificação posterior. Como houve, no referido ano, duas formas de ingresso – ampla concorrência e cotas – uma das bolsas seria dedicado aos melhores classificados dos dois processos.

Dos 12 alunos regulares, portanto, apenas dois tiveram acesso. Todos os alunos que ingressaram no programa declararam não precisar da bolsa para cursar, não obstante as inquietações sobre as dificuldades financeiras eram sempre presentes, e a expectativa de que novas bolsas pudessem ser atribuídas, não ficaram distantes dos desejos dos acadêmicos.

Ao atribuir as bolsas para 2020, estas esperanças parecem ter se transformado em indignação. O novo edital não trazia nenhuma referência à classificação como critério de recebimento e, segundo a Turma A, tal documento não havia sido divulgado para o conhecimento de todos. Se queixavam por não terem sido informados, por não ter seu representante como ator e voz ativa, e por não poderem participar da seleção.

Estas inquietações, levaram a um encontro por meio de videoconferência entre os alunos das duas turmas, para discutir o assunto. A reunião foi aberta a todos, porém um número reduzido de atores falaram. Imagino que estes possam ser as vozes de liderança informal, uma vez que a antiga representante não era a única a expressar-se. A aluna que havia ficado em primeiro lugar na classificação da Turma A, e escolhido abrir mão da bolsa, assumia posição de proeminência. Junto a ela, a representante da Turma A, bolsista, alinhava o discurso, com ares aguerridos. Uma das acadêmicas da Turma A, que não fora contemplada com a bolsa, no entanto, era aquela que demonstrava com mais veemência sua indignação. As questões que ensejaram as inquietações – a ausência de informações e de participação da representante – estavam, na voz desta acadêmica, como que colocadas em segundo plano. O que estava, de fato, sendo discutido, para além do verniz meramente funcional da burocracia, era o questionamento sobre os critérios de seleção.

A defesa, que encontrava eco na maioria dos atores, era a de que o critério deveria ser Socioeconômico. *“A bolsa deveria ir, para quem precisa... e a gente não sabe se aqueles que foram contemplados precisam mais do que outros.”* Esta foi a fala de uma aluna não bolsista da Turma A que desvelava a indignação. Aqui, a questão fica mais delicada, uma vez que os alunos que haviam sido contemplados – da turma B – estavam presentes na reunião, dos quais um era eu.

Assumi a postura de não defender minha pretensão de permanecer com a bolsa abertamente, mas sim de refletir sobre a racionalidade do processo – naturalmente não há neutralidade - mas sim um exercício de racionalidade que estava tentando fazer. Uma vez que não existia impedimento para minha participação do processo, considerei legítima minha escolha. Fui selecionado por ter ficado em segundo lugar na classificação de seleção do processo seletivo do curso. Ressalto que no edital de 2018 tal critério estava explícito, e que nos editais posteriores o critério havia permanecido, porém de forma implícita – os coordenadores e membros do colegiado entendiam que era a forma mais adequada e justa de atribuição.

No entanto, ao mencionar este argumento, as expressões verbais e faciais davam conta de que estavam desconsiderando tal linha de argumentação, o que abandonei de pronto entendendo que não seria frutífero o caminho. Das discussões que se seguiram, voltei a pontuar sobre a questão do Critério Socioeconômico. Uma vez que este era o critério conclamado, salientei que não era um critério tão objetivo assim. Alguns alunos poderiam afirmar não possuir emprego formal. No entanto, as configurações econômicas da sociedade atual não atribuem à formalidade do emprego, a caracterização de sujeito que necessita de auxílio. Existem inúmeras formas de rendimentos possíveis de atividades liberais e informais, que poderiam facilmente ultrapassar em muito os rendimentos de uma atividade formal.

Além disto, ressaltai que era preciso ponderar a questão da configuração vivencial de cada acadêmico. Se o acadêmico mora com os pais, sua condição socioeconômica pode ser melhor do que aqueles que moram sozinhos. Se um acadêmico tem filhos, sua condição pode ser pior do que acadêmicos que não os tem. De maneira que um acadêmico que possua registro de trabalho formal, a depender da configuração vivencial, poderia se enquadrar melhor, do que os sem trabalho formal, mesmo utilizando o critério socioeconômico. Estas questões foram aceitas como pontos de reflexão, o que ficaria para ser discutido em outras reuniões.

Permaneço, ainda, na acadêmica não bolsista, que demonstrava ainda sua indignação. Esta declarava a falta de ética, a injustiça do processo, a desorganização do Programa – reclamações que eram, a princípio aquiéscidas por seus colegas de turma, mas que começaram a transformar-se em discurso repetitivo na medida em que a reunião prosseguia, e outras pautas eram colocadas.

Em determinado momento, a acadêmica bolsista da Turma B, faz a declara a seguinte frase: *“Alguém está se sentindo lesado ou prejudicado pela atual atribuição das bolsas.”* Está foi uma fala emblemática pelo que se seguiu. A primeira reação foi um silêncio marcante. Minha impressão era a de que o que fora dito tinha alcançado um ponto de pressão doloroso. Seria um “Sim!” que necessitaria desdobrar-se em explicações onde os atuais contemplados pelas bolsas receberiam acusações que antes estavam sendo feitas de forma geral. A resposta veio de um dos atores da turma A: *“- Não queremos falar sobre isso para não causar um mal estar entre nós. Não temos nada contra os bolsistas da Turma B, e até entendemos que as bolsas devem ir para a turma de vocês, afinal recebemos também duas bolsas, nada mais justo que vocês também tenham duas.”*

Neste momento entendi que havia duas insatisfações subentendida: 1) A esperança perdida dos alunos não bolsistas da Turma A que não teriam acesso às bolsas. 2) Uma indignação velada quanto aos alunos que receberam a bolsa da Turma B. Voltando à frase da aluna não bolsista da Turma A *“A bolsa deveria ir, para quem precisa... e a gente não sabe se aqueles que foram contemplados precisam mais do que outros.”* me pareceu implícito que um, ou os dois, bolsistas se enquadrariam, na concepção da Turma A, como *“...alguém que [não] precisa...”*.

Acredito não se tratar apenas de uma das questões de insatisfação, mas da junção das duas. Que a não existência da primeira poderia gerar a celeuma mas não seria levada adiante como uma pauta de reivindicação do grupo, e que a não existência da segunda, não causaria o silêncio e o constrangimento patente quando da fala da bolsista da Turma B.

Ir além disto, neste momento, com a quantidade de informações que tenho, seria mais especulação do que uma interpretação dos acontecimentos. Imagino que tais especulações poderiam ser interessantes, como hipóteses levantadas para posterior teste, o que só poderia ser feito com uma observação participante mais longa. Até principiei uma tentativa, parafraseando Malinowski e Evans-Pritchard – o etnógrafo precisa ir a caça, provocar, especular. Evans-Pritchard em sua pesquisa com os Azande, inclusive, fez com que um de seus funcionários se tornasse aluno da “Confraria dos Adivinhos”, para poder posteriormente obter dele as informações que não poderia ter por ser estrangeiro. Entendo que é possível utilizar os artifícios que estiverem à mão para conseguir informações, ainda que margeiem a ética – uma vez que não se quer provocar mal a ninguém, como afirmou o professor Daniel Miller, acredito que está tudo bem em utilizar certos expedientes.

Principiei conversas privadas com alguns atores da reunião, especulando sobre suas percepções, porém sem mencionar diretamente as falas que aqui transcrevi, nem minhas hipóteses. Queria testá-las, mas para isso, precisava deixar que falassem a partir de suas próprias impressões e, uma vez que tais falas não corroborassem a hipótese, permaneceria com elas para mim.

Minhas tentativas porém foram infrutíferas. Aos acadêmicos da Turma A, tentei três investidas, principiando perguntando sobre suas pesquisas e a atual condição pandêmica que estamos vivenciando. As respostas foram evasivas. Aos alunos da Turma B, fiz perguntas mais relacionadas com a reunião, objetivava que falassem suas considerações, porém não senti que estavam interessados em falar sobre o assunto. Decidi deixar a questão de lado por um tempo, até um momento posterior onde talvez possa tratar novamente da questão.

Fato é que, todos os atores poderiam discordar de minha descrição, elencando pontos que omiti, ou que esqueci, e desqualificando registros que coloquei, como não sendo de importância central. Afora estes atores, o exercício demonstra que aquilo que está registrado acima possui lastro em uma realidade vivenciada por mim, o próprio etnógrafo, que confere a autoridade de veracidade aos fatos por ter “estado lá”. (Clifford)

6. “Ser afetado”

O próximo exercício consistia na “Descrição dos afetos e pensamentos que surgirem na mente do acadêmico enquanto este está com os olhos fechados, em um espaço calmo e sem estímulos.”

Naturalmente, estávamos trabalhando as noções de subjetividade e objetividade. Para esta aula, lemos o texto de James Clifford, “Sobre a autoridade etnográfica”. Texto que foi parte do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação, e que agora retornava em uma nova leitura. A ideia seria a de realizar uma descrição que eliminasse todas as possibilidades de constatação.

É interessante notar como estamos despreparados para exercícios desta natureza. O tempo todo sendo bombardeado por informações, cores, falas, o silêncio foi o primeiro desafio. Pensava como teriam sido os dias de Malinowski, principalmente as noites, quando as pessoas estavam recolhidas em suas casas. Digressões à parte, voltei à tentativa de concentração.

A principal sensação que pude registrar foi a extrema ansiedade em estar parado. Imagens de memórias inundavam a mente o tempo todo, desfocando a atenção a todo o tempo, até que percebi que eram exatamente estas as impressões que estava tendo. O silêncio fazia com que minha atenção se voltasse para um turbilhão de coisas experimentadas, a maioria criadas de pedaços aleatórios de memórias que se organizavam por sensações.

Se me sentia desconfortável, as imagens eram de momentos que evocavam este sentimento, tal como viagens muito longas, onde precisava ficar parado dentro de um carro ou ônibus por várias horas, ou dias. Se o sentimento era de pacificação, as imagens relacionavam-se à espaços abertos, com uma brisa suave e clima ameno. A maior parte, no entanto, eram sensações de ansiedade.

Possivelmente um reflexo do contexto pandêmico, as imagens oscilavam entre a escuridão com raios e animais à espreita, e outras relacionadas à coisas altas e quedas, que evidenciavam claramente minha acrofobia.

Tais sensações eram minhas, e registrei em meu caderno de campo com muita dificuldade, pois não parecia algo etnográfico, mas sim apenas um exercício frustrante e fracassado de mindfulness. Mas voltei a pensar em Malinowski, não no autor dos Argonautas, mas nos registros de seu caderno de campo publicado postumamente. Tais sensações também foram experimentadas por ele, e de forma muito mais intensa devido à sua imersão no campo – irremediavelmente sozinho nas Ilhas Trobriand, tentando aprender a língua e interagir ao máximo com as pessoas, falhando miseravelmente dia após dia, tendo somente suas próprias afetações para registrar em seu caderno de campo.

Pensando desta maneira, o exercício parece mais antropológico, ainda que eu pense que toda esta elaboração seja apenas um subterfúgio que eu mesmo criei para ter coragem de dividir estes registros com minha turma, e agora aqui neste ensaio.

Considerações Finais

O presente ensaio foi o registro de uma experiência como aluno de mestrado em Antropologia Social. Foi escrito dentro do contexto pandêmico da Covid-19 no primeiro semestre de 2020, quando as aulas na universidade tiveram que ser redirecionadas para a modalidade de aulas remotas. A impossibilidade de sair de casa exigiu que tais exercícios fossem realizados com inúmeras limitações, mas com grande criatividade. Não se tratou de

um artigo científico, mas do registro das experiências acadêmicas na formação de um antropólogo.

Referências Bibliográficas

BECKER, H. Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BECKER, H. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1 1996.

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado. Brasília: Ubu Editora, 2017.

CLIFFORD, J. "Sobre a autoridade etnográfica". In. GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org). A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

DURKHEIM, E. As Regras do método sociológico. Petrópolis: Vozes, 2019.

EVANS-PRITCHARD, E. Antropologia Social. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

FOOTE-WHYTE, W. "3 - Treinando a observação participante" in GUIMARÃES, Alba Zaluar. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1980.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. "O dilema do antropólogo entre o "estar lá" e o "estar aqui"". Cadernos de Campo, V. 7, N. 7, 1998.

INGOLD, T. "Estar vivo: ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição". Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. Antropologia: Para que serve? Petrópolis: Vozes, 2019.

KING, Stephen. "Sobre a escrita". Sobre a escrita: a arte em memórias. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LATOURETTE, B. Investigação sobre os modos de existência: Uma antropologia dos modernos. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica. Petrópolis: Vozes, 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. “1. A ciência do concreto”. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 2012.

MALINOWSKI, B. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MILLER, D. How to conduct an ethnography during social isolation. acessado em https://www.youtube.com/results?search_query=daniel+miller+ethnography em 07/07/2020.

TOLKIEN, J. O Senhor dos Anéis: A Sociedade do Anel. São Paulo: HarperCollins, 2019.

TURNER, V. Dramas, campos e metáforas. São Paulo: Eduff, 2017.

_____. O processo ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 2013.

VELHO, G. Um antropólogo na cidade: Ensaio de antropologia urbana. São Paulo: Zahar, 2013.

_____. Individualismo e cultura. São Paulo: Zahar, 1981.